



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 21/2021
Período: 19/06/2021 - 25/06/2021
GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- General Pazuello passou a ser investigado pela CPI da Pandemia
- 2- Presidente do Supremo Tribunal Militar defendeu Bolsonaro e Pazuello
- 3- Risco à democracia: grupos políticos, partidos e colonistas temem a presença de militares no governo
- 4- Exército aprovou orçamento de R\$ 4 milhões para criar um jogo eletrônico
- 5- Vice-presidente da República comentou sobre militares no governo
- 6- Ministra do Supremo Tribunal Federal exigiu explicações sobre sigilo da investigação de Pazuello após participação em ato político
- 7- Jornais repercutiram possibilidade de nova operação de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia
- 8- Governo Bolsonaro defendeu que ofensas cometidas contra militares podem ser julgadas pela Justiça Militar, mesmo envolvendo civis
- 9- Em decisão inédita, ex-agente da ditadura militar, Carlos Alberto Augusto, é condenado pelo sequestro de Edgar de Aquino Duarte (ex-fuzileiro)
- 10- CPI da Pandemia apura envolvimento de militares em processo irregular de compra de vacinas
- 11- A perigosa politização das forças armadas
- 12- Decreto permite que militares ocupem cargos no governo por período indeterminado
- 13- Na cidade de São Paulo, Exército é acionado para auxiliar na distribuição de vacinas

1- General Pazuello passou a ser investigado pela CPI da Pandemia

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, encaminhou no dia 18/06/2021 um ofício para o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM) listando 14 pessoas que passarão oficialmente à condição de investigados pela comissão, dentre elas o ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Pazuello é acusado de negligenciar vacinação e de omissão na crise sanitária em Manaus. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 19/06/21)

2- Presidente do Supremo Tribunal Militar defendeu Bolsonaro e Pazuello

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), general Luis Carlos Gomes Mattos, defendeu o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o general Eduardo Pazuello em entrevista para a revista *Veja*. Sobre Bolsonaro, Mattos afirmou ser um presidente democrata e que "fala com o palavreado do povo", mas que isso não significa nenhuma "intenção de quebrar as estruturas, destruir as instituições, dar um golpe". Já sobre Pazuello, destacou que as respostas do ex-ministro da Saúde na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia foram muito precisas e objetivas, e que não tem dúvidas da competência e honestidade do general. Perguntado sobre as eleições de 2022 e a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Mattos sublinhou que "o povo brasileiro tem de saber votar". (*Folha de S. Paulo - Poder - 19/06/21*)

3- Risco à democracia: grupos políticos, partidos e colonistas temem a presença de militares no governo

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, ex-militantes de partidos e organizações políticas contra a ditadura militar (1964-1985) fundaram um novo grupo político. O movimento, chamado "Geração 68 Sempre Na Luta", em referência à resistência contra o endurecimento do regime após o Ato Institucional nº 5 em 1968, reuniu políticos e artistas como José Dirceu, Celso Amorim, Eduardo Suplicy, Luiza Erundina, José Genoíno, Chico Buarque, Sebastião Salgado, Marilena Chauí e Fernando Moraes. O grupo publicou um manifesto, no qual afirma sua posição contra o presidente da República, Jair Bolsonaro, "que intencionalmente tem induzido a morte de milhares de brasileiros" por "inépcia e negacionismo", e afirmou que a democracia está em perigo agora como esteve em 1964. Segundo o mesmo periódico, um "superpedido" de impeachment contra o presidente da República está sendo articulado por um variado grupo de opositores políticos – como ex-aliados e partidos da oposição. Dentre os "mais de 20 tipos de crime contra a lei de responsabilidade" contidos no pedido, destaque é dado à relação de Bolsonaro com as Forças Armadas: a interferência do presidente e efetiva troca da cúpula das forças, em março de 2021, configuram, para o grupo, uma prática de "abuso de poder" que contraria a Constituição Federal. Ademais, a presença de Bolsonaro em atos a favor da intervenção militar promove, de acordo com o grupo, o incentivo à "desobediência à lei ou infração à disciplina" por parte de militares. Por sua vez, em coluna opinativa à *Folha*, o jornalista Jânio de Freitas sustentou que a omissão do Exército perante os "preparativos de Bolsonaro" contribui com a ameaça que o presidente representa à democracia do país. Para Freitas, o fato de o ministro da Defesa e general da reserva, Walter Braga Netto, requerer "uma montanha de bilhões" do governo com a justificativa de proteção do território nacional contra perigos externos desvia a atenção para o real problema: o de que "a ameaça está aqui dentro [do país]". Em coluna opinativa ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Celso Ming afirmou que a representação dos interesses das Forças Armadas na forma de "bancadas suprapartidárias no Congresso" reflete um dos "cupins" que desgastam a cultura democrática nacional. Nesse sentido, o colunista criticou tanto a presença dos mais de 6 mil militares no governo de Jair Bolsonaro quanto as reivindicações – ou "vantagens pessoais", segundo Ming – das Forças Armadas pelo "aumento de verbas [...] e adicionais de salário e de aposentadoria". (*Folha de S. Paulo -*

Poder - 19/06/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 20/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/06/21; O Estado de S. Paulo - Economia - 20/06/21)

4- Exército aprovou orçamento de R\$ 4 milhões para criar um jogo eletrônico

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Exército Brasileiro aprovou o orçamento de R\$ 3,9 milhões para fazer um jogo de videogame chamado Missão Verde-Oliva. O valor é o dobro do que todo o Ministério da Defesa gastou com as missões na Antártica e a mesma quantia aplicada em pesquisa aeroespacial em 2020. De acordo com portaria do Estado-Maior do Exército publicada em 25/05/2021, o planejamento orçamentário dos próximos anos prevê o gasto de mais R\$ 1,4 milhão com o desenvolvimento do jogo em 2022 e R\$ 263 mil em 2023, ano a partir do qual o apoio passaria para R\$ 66 mil em 2024, R\$ 58 mil em 2025 e R\$ 55 mil em 2026. O texto da portaria prevê ainda a captação de mais recursos através de "possíveis parcerias com as empresas estratégicas de defesa". Ouvido pela *Folha*, Thiago Freitas, presidente do estúdio recifense de desenvolvimento de jogos Kokku, o valor não seria suficiente para desenvolver um produto viável na qualidade esperada pelo Exército, que iria requerer pelo menos cerca de R\$ 15 milhões, "e ainda assim com expectativas baixas de resultado". (Folha de S. Paulo - Poder - 19/06/21)

5- Vice-presidente da República comentou sobre militares no governo

Em uma entrevista realizada pelo periódico *O Estado de S. Paulo* e também publicada pelo *Correio Braziliense*, o general da reserva e vice-presidente da República, Hamilton Mourão, comentou sobre a relação das Forças Armadas e o governo. Segundo o vice-presidente, ao colocar "um general, um almirante ou um brigadeiro como ministro" não há mais retorno possível para esse indivíduo à sua Força. Mais do que isso, Mourão afirmou que "ocupar um cargo de ministro [é] sempre [estar] participando de atos políticos" e, nesse sentido, o caso do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, teria sido "uma transgressão, mas sem gravidade". Contudo, o general da reserva declarou que o caso Pazuello de fato "acendeu uma luz amarela nas Forças" e, desde então, os comandantes têm buscado estabelecer "limites" para evitar novas transgressões. (Correio Braziliense - Política - 20/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/06/21)

6- Ministra do Supremo Tribunal Federal exigiu explicações sobre sigilo da investigação de Pazuello após participação em ato político

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia deu cinco dias para que o Ministério da Defesa, liderado pelo general da reserva Walter Braga Netto, explique o sigilo de 100 anos imposto ao processo administrativo disciplinar contra o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por sua participação em ato político. A ordem derivou de uma ação movida por diversos partidos de oposição ao presidente da República, Jair Bolsonaro, alegando que o sigilo fere o direito de acesso à informação e o princípio da moralidade administrativa; além de declararem ser de "interesse público" que essas informações sejam divulgadas. Esses partidos também alegaram que o arquivamento do processo poderia levar a uma "insubordinação das tropas" de

forma generalizada, ameaçando a democracia e a hierarquia militar. No pedido, Cármen Lúcia manifestou a “urgência e prioridade” da prestação de informações e também declarou que o prazo imposto é improrrogável. Após a prestação de informações, a ministra também orientou que a Advocacia Geral da União e a Procuradoria Geral da República terão três dias cada um para fazer vista ao que for divulgado pelo Ministério da Defesa. O caso da ida de Pazuello a um ato político junto a Bolsonaro e a subsequente absolvição concedida pelo comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, continuaram repercutindo no meio político. De acordo com reportagem publicada pelo *Estado*, o senador Tasso Ribeiro Jereissati, em videoconferência ao grupo Parlatório S.A., disse que a classe política ficou preocupada com a decisão de arquivamento do processo pelo Exército: “O silêncio das Forças Armadas intranquilizou o País e também o meio político”. Ainda assim, o parlamentar disse acreditar que as Forças Armadas irão cumprir e resguardar a Constituição Federal de 1988. (Correio Braziliense - Política - 20/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 21/06/21)

7- Jornais repercutiram possibilidade de nova operação de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, apesar das promessas feitas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, seu comprometimento com a pauta ambiental permanece duvidoso, com cortes orçamentários em órgãos de fiscalização ambiental, como o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama). Neste cenário, o jornal ressaltou a intenção do vice-presidente da República e presidente do Conselho da Amazônia, general Hamilton Mourão, de convocar uma nova Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na floresta amazônica para combater as queimadas e o desmatamento. Segundo o militar, a medida seria proporcionalmente menor que as anteriores, com duração de apenas dois meses e orçamento de R\$50 milhões. A previsão é que a nova GLO comece no dia 28/06/2021. No dia 24/06, Mourão afirmou esperar a cooperação do novo Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, nas operações, a fim de maximizar a participação de efetivo do Ibama e do ICMBio. Na avaliação do coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça, ainda é incerto que a GLO realmente se concretize, visto que o vice-presidente apenas expressou a intenção. Ademais, o parlamentar completou que a operação deve ser conduzida “de maneira coordenada com militares, fiscais e técnicos”, lembrando que as Forças Armadas não têm poder de multar. Segundo a porta-voz de Políticas Públicas da Organização Não-Governamental (ONG) Greenpeace, Thais Bannwart, uma nova GLO resultaria em maior desgaste orçamentário do ICMBio e do Ibama, visto que parte dos recursos já garantidos para os órgãos em 2021 - que ela classifica como insuficientes - seriam transferidos para efetivar a operação. Segundo a ex-presidente do Ibama, Suely Araújo, o instituto está deslegitimado e com falta de recursos; além disso, declarou que os militares que atualmente estão no comando da autarquia “não têm expertise na Amazônia”. Para ela, as Forças Armadas têm meios de auxiliar na preservação ambiental, mas elas não deveriam coordenar tais iniciativas. A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio

Ambiente (Ascema) também criticou a possível nova GLO, afirmando que o governo “continua despejando e desperdiçando recursos públicos nas Forças Armadas apostando na militarização da proteção ambiental da Amazônia”. Sobre a Operação Verde Brasil I e II, a Ascema disse que elas consumiram juntas mais de R\$530 milhões, representando oito vezes o orçamento do Ibama para um ano inteiro. (Correio Braziliense - Política - 21/06/21; Folha de S. Paulo – Ambiente – 25/06/21)

8- Governo Bolsonaro defendeu que ofensas cometidas contra militares podem ser julgadas pela Justiça Militar, mesmo envolvendo civis

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 17/06/2021, o advogado-geral da União substituto, Fabrício da Soller, protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer no qual defende que civis que proferirem ofensas às Forças Armadas e às instituições militares serem julgados pela Justiça Militar. De acordo com a *Folha*, a posição teria sido elaborada por meio de pareceres emitidos pelo Ministério da Defesa, Exército, Aeronáutica, Marinha e Secretaria-Geral da Presidência da República acolhidos pela Advocacia Geral da União (AGU). A *Folha* também ressaltou que tal movimento ocorreu enquanto a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) move uma ação no STF - tendo como relator o ministro Gilmar Ferreira Mendes - alegando o "silenciamento de jornalistas e ativistas" e pedindo que a corte considere inconstitucional artigos de legislações que visem “coibir a publicação de informações referentes a servidores públicos, pessoas públicas, candidatos a cargos eleitorais, militares e instituições militares”. Dentro deste último, o jornal disse existir no Código Penal Militar uma lei de 1969 - período da ditadura militar (1964-1985) - que prevê que civis podem ser julgados e punidos por crimes militares em caso de ofensas e ataques a instituições militares e às Forças Armadas. Segundo a ABI, os termos “afetar as instituições militares” e “atingir as Forças Armadas” na lei abrem a possibilidade de aplicação do Código Penal Militar e ativação do foro da Justiça Militar em julgamento de civis. Além disso, a ação também alega que tal cenário teria um “efeito resfriador” nos jornalistas que desejam publicar sobre assuntos que envolvem as Forças Armadas. Por outro lado, o governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, discordou do entendimento e da ação da ABI. Segundo um parecer da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, em casos de ilícitos penais dolosos ou com ausência do dever de cuidado objetivo, deve-se haver uma sanção penal, “sob pena de conferir-se (...) um salvo conduto para o cometimento de crimes contra a honra de militares, políticos e agentes públicos”. A AGU alegou que a ação da ABI representa um afastamento do juiz natural da causa, pois mesmo que os delitos sejam praticados por civis, por serem contra instituições militares, devem ser “considerados crimes militares e, portanto, de competência da Justiça Militar”. Assim, a AGU afirmou que a ação da ABI não deve ser aceita, alegando inexistir “pertinência temática” e por não considerar o princípio da separação de Poderes. Para o governo Bolsonaro, “não há compatibilidade entre a previsão de crimes contra a honra e o respeito à liberdade de expressão”, defendendo que ofensas a instituições militares, mesmo feitas por civis, devem ser julgadas pela Justiça Militar. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* repudiou a tentativa de se ampliar as atribuições da Justiça Militar, denunciando um caráter “que mistura corporativismo e saudosismo autoritário” na atitude do governo Bolsonaro.

Segundo a *Folha*, esse tema não representa somente um pronunciamento acalorado do presidente, mas sim um fator decisivo no que diz respeito à “solidez das liberdades democráticas de imprensa e manifestação”. Além disso, o editorial salientou que “não se concebe motivo para que os fardados tenham suas demandas julgadas em foro próprio”, e caso isso se concretizasse, haveria um “risco de que vieses corporativos nas decisões (...) levem à brandura com colegas abusivos ou à censura de críticas externas incômodas”. (Folha de S. Paulo - Poder - 21/06/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 25/06/21)

9- Em decisão inédita, ex-agente da ditadura militar, Carlos Alberto Augusto, é condenado pelo sequestro de Edgar de Aquino Duarte (ex-fuzileiro)

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o juiz Silvío César Arouk Gemaque, da 9ª vara criminal de São Paulo, determinou pena de 2 anos e 11 meses ao ex-agente da ditadura militar e delegado Carlos Alberto Augusto, também conhecido como ‘Carlinhos Metralha’. O delegado é acusado de participação no sequestro de Edgar de Aquino Duarte, visto por testemunhas pela última vez em junho de 1973. Duarte era ex-fuzileiro naval, foi preso em 1971, e permaneceu assim “por pelo [menos] dois anos, incomunicável, submetido a toda a sorte de violências, torturas e tratamentos degradantes”, não possuía mais ligações com a oposição desde sua volta do exílio em 1968, e não houve qualquer ordem judicial determinando a prisão. A denúncia foi realizada em 2012 no Ministério Público Federal (MPF), e envolveu entre os denunciados outros agentes como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o ex-delegado Alcides Singillo, que não responderam ao processo em decorrência de seus falecimentos. Segundo os jornais, a condenação ilustra um acontecimento inédito na justiça brasileira englobando os crimes cometidos na ditadura, por se tratar da primeira condenação penal, das mais de 50 ações penais movidas pelo MPF, já que a maioria foi rejeitada ou se encontra paralisada. O veredito se baseou em “documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo e diversos depoimentos de testemunhas”, a responsabilidade de Carlos Alberto Augusto foi comprovada ‘além de qualquer dúvida razoável’. O delegado cumprirá a pena em regime inicial semi-aberto, e sua defesa ainda pode recorrer da decisão. (Folha de S. Paulo - Poder - 22/06/21; O Estado de S. Paulo – Política – 22/06/21)

10- CPI da Pandemia apura envolvimento de militares em processo irregular de compra de vacinas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a cúpula responsável pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia pretende solicitar a presença do tenente-coronel Alex Lial Marinho, apontado como “autor de pressão sobre um servidor do Ministério da Saúde”, com a intenção de obter a liberação de importação da vacina covaxin rapidamente. O militar chegou ao cargo de coordenador-geral de Logística de Insumos Estratégicos em junho de 2020, ainda com o general da ativa Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde. De acordo com a *Folha*, as 20 milhões de doses da covaxin foram as mais caras obtidas durante a gestão de Pazuello, custando US\$15 cada uma, e o fechamento ‘ágil’ das negociações chamou atenção. De acordo com o senador Randolfe Rodrigues, a terceira fase da CPI irá investigar a cumplicidade entre “agentes privados e agentes públicos

para a aquisição de vacinas e para beneficiar empresas produtoras de hidroxiclороquina”. Ao serem questionados a respeito da menção ao tenente-coronel, o Centro de Comunicação Social do Exército não respondeu à *Folha*. No dia 24/06/2021, os senadores da comissão aprovaram o requerimento de convocação de Lial Marinho, assim como a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do tenente-coronel. Ainda de acordo com a *Folha*, o presidente Jair Bolsonaro foi alertado pelo deputado federal Luís Miranda acerca das possíveis irregularidades na compra da vacina covaxin. De acordo com Miranda, Bolsonaro havia se comprometido a abrir um inquérito na Polícia Federal, mas não recebeu retorno. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Luis Ricardo Miranda, servidor público do Ministério da Saúde, afirmou ter sofrido pressões de seus superiores para agilizar a importação da covaxin, advindas do diretor de logística, Roberto Ferreira Dias, e de dois militares: o coronel Marcelo Pires, ex-diretor de Programa do Ministério da Saúde, e o tenente-coronel Alex Lial Marinho. *O Estado* também relatou que o ex-secretário executivo do Ministério da Saúde e coronel da reserva, Elcio Franco, determinou, por meio de ofício, que ficassem a cargo dele as negociações das vacinas contra a covid-19, um mês antes da compra da covaxin. O coronel foi exonerado do Ministério três dias após a nomeação de Marcelo Queiroga como ministro da Saúde, e, atualmente, atua como assessor especial da Casa Civil. O diretor de logística, Roberto Ferreira Dias, informou a interlocutores que todos os trâmites relativos à negociação da vacina covaxin ficaram sob tutela dos militares determinados por Pazuello. Anteriormente, Dias assinou um contrato de compra de insumos para testes de covid-19 suspeito de irregularidades, mas negou as acusações de ter favorecido empresas. (Folha de S. Paulo – Poder – 22/06/21; Folha de S. Paulo – Poder – 23/06/21; Folha de S. Paulo – Poder – 24/06/21; O Estado de S. Paulo – Política – 24/06/21)

11- A perigosa politização das forças armadas

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o professor da Escola Brasileira de Administração Pública e Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV) e doutor em ciência política pela Universidade da Califórnia-San Diego, Octavio Amorim Neto, considerou a decisão do Exército de não punir o general da ativa Eduardo Pazuello por participação em ato político como uma rendição às pressões do presidente Jair Bolsonaro. Segundo Amorim Neto, a atitude demonstra que o “presidente exige que oficiais, da ativa e da reserva, possam ser utilizados para explícitos desígnios políticos – seja para intimidar a oposição, seja para o projeto de reeleição”, instaurando o Exército como um dos seus pilares políticos, e degradando a imagem do comandante da força, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, frente outros generais da ativa e da reserva. O professor também considerou que o “ex-capitão está fazendo o Exército girar como rolha no redemoinho bolsonarista”, o que pode levar a um agravamento da situação, e até mesmo uma guerra civil, o que é possível levando em consideração a atual configuração do Congresso Nacional, controlado majoritariamente por parlamentares de direita, que não se importam com a presença militar na política, já que ela garante sua sobreposição à esquerda. Por fim, Amorim Neto pontuou que hoje o Brasil é um país de ‘coalizões civis-militares’, em que Bolsonaro formou a sua, e restam às forças democráticas formarem a delas, e que caso saiam vitoriosas, devem despolitizar as forças

armadas, e “também prepará-las para, a partir de 2023, o estabelecimento pleno do seu controle pelos poderes políticos eletivos, a começar pela nomeação de um líder civil para chefiar o Ministério da Defesa”. A respeito de tema conexo, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou coluna opinativa do presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), Rubens Barbosa, na qual este fez referência a um artigo de Marcelo Pimentel na revista *Interesse Nacional*, evidenciando a existência de um ‘Partido Militar’. Pimentel ilustrou o cenário político atual como um espaço de intensa participação militar, seguindo em um movimento ‘consistente e organizado’, que tem por objetivo “a conquista do poder (já alcançado) e sua manutenção (em processo)”. Esse partido possui um agente influente na atualidade – o ‘capitão’ – que apesar de sua importância, não desempenha o papel de líder do processo de “politização/militarização”. Barbosa depositou na influência militar sobre o governo uma justificativa para as atitudes do presidente, verificadas em frases como “meus generais”; “os militares é (sic) quem decide como o povo vai viver”; “o senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui”, esta última dirigida ao general Villas Bôas, ex-comandante do Exército. Por fim, Barbosa atribuiu ao Legislativo e ao Judiciário o papel de manter a “ordem constitucional, da democracia e da estabilidade institucional pelo estreitamento da relação civil-militar com o lado que publicamente se coloca contra a politização das Forças Armadas”. (Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 22/06/21; O Estado de S. Paulo – Opinião – 22/06/21)

12- Decreto permite que militares ocupem cargos no governo por período indeterminado

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o presidente Jair Bolsonaro editou um decreto, no dia 23/06/2021, que autoriza os militares da ativa a exercerem cargos na administração pública por tempo indeterminado. Com o decreto, que foi assinado pelo ministro da Defesa, Walter Braga Netto, os integrantes do Exército não precisam ir para a reserva após cumprirem dois anos em cargo civil. Além disso, a medida estabeleceu como de natureza militar as funções, exercidas por militares, que “compõem a estrutura regimental do Supremo Tribunal Federal (STF), do Ministério da Defesa, do Ministério de Minas e Energia, da Advocacia-Geral da União, dos órgãos integrantes das estruturas regimentais das Forças Armadas, da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. e das Indústrias Nucleares do Brasil S.A”. Os jornais enfatizaram que a edição do decreto ocorreu enquanto a Câmara dos Deputados debate uma emenda constitucional que visa a proibição de militares da ativa ocuparem cargos no governo. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) passou a ser discutida depois das repercussões da ida do general da ativa Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, ao ato político de Bolsonaro, no dia 23/05/21, e detém apoio prevalente do Alto-Comando do Exército. Em contrapartida, o deputado federal Alessandro Molon apresentou um projeto de decreto legislativo a fim de suspender o decreto presidencial, de acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo*. Segundo Molon, o decreto de Bolsonaro excede os limites do Executivo e caminha em direção contrária aos princípios legislativos. (*Correio Braziliense* - Política - 24/06/21; *Folha de S. Paulo* – Poder – 24/06/21; *Folha de S. Paulo* – Poder – 25/06/21)

13- Na cidade de São Paulo, Exército é acionado para auxiliar na distribuição de vacinas

Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, no dia 24/06/2021, o Exército foi acionado pela Prefeitura de São Paulo para auxiliar na operação de distribuição de 120 mil doses de vacinas contra a covid-19. Segundo o secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido, os efetivos do 8º Batalhão de Polícia do Exército e da Guarda Civil Metropolitana foram empregados a fim de agilizar o trânsito da cidade para que as doses recebidas na manhã do dia 24/06 fossem transportadas rapidamente para os diferentes postos de vacinação da capital paulista. O Comando Militar do Sudeste informou que a operação foi composta por 14 homens. O prefeito da cidade, Ricardo Nunes, salientou que está buscando o apoio de todos os setores para garantir a vacinação. (Folha de S. Paulo – Saúde – 25/06/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não estão disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasiano Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isadora Antunes Botelho (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).